

A integração no cenário mundial

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

A dicotomia entre os países desenvolvidos e os mais atrasados tende a se aprofundar nos próximos anos e o Brasil, segundo o ex-ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, não pode perder tempo em fazer sua opção. "As grandes modificações que ocorreram nos últimos anos colocaram por terra fundamentos políticos e econômicos e acabaram desembocando naquilo que se caracteriza hoje como a perda dos trunfos, do terceiro mundismo", ele diz.

Esses trunfos que teriam ajudado o Brasil a se manter no patamar intermediário dos países em desenvolvimento nas últimas décadas, segue o raciocínio, baseavam-se em duas crenças que já não estão mais presentes no pensamento do mundo desenvolvido: primeiro, a crença de

que os países em desenvolvimento precisavam ser ajudados para não ressaírem para a esquerda e, segundo, a crença keynesiana de que os capitais do primeiro mundo seriam mais cedo ou mais tarde canalizados para os países em desenvolvimento, por falta de outras oportunidades nos países industrializados.

"A primeira crença, baseada em um fundamento político, deixa de ter importância depois da abertura econômica da União Soviética e da China e da disposição de países do Leste europeu em se integrarem à economia da Europa Ocidental. E a segunda crença, baseada em um fundamento econômico, também perdeu sentido na medida em que o país que hoje mais disputa a poupança do mundo são os Estados Unidos", explicou Simonsen no seminário de 25 anos do Banco Central, encerrado ontem.



Mário Henrique
Simonsen

Na sua visão de futuro para o Brasil, apenas duas alternativas se apresentam: escolher entre a opção coreana — "onde a integração nos daria condições para montar ao Primeiro Mundo" — ou a opção peruana — "representada pelo ciclo do populis-

mo mal administrado, tipo Alan Garcia, que isola o país do resto do mundo e pauta a economia para o aumento do consumo interno".

Na mesma linha, o professor Celso Martone, da Universidade de São Paulo (USP), chamou a atenção para a teoria da polarização econômica que circula nos meios acadêmicos internacionais, segundo a qual "daqui a dez ou vinte anos não haverá mais países de renda média no mundo, e casos como o do Brasil tenderiam a desaparecer para se integrar ao bloco dos países ricos ou ao bloco dos países miseráveis".

Além de Simonsen e de Martone, também o ex-presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni e o economista Yoshiaki Nakano, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, acham que o caminho a ser seguido urgente-

mente pelo Brasil seria o da expansão do comércio com os demais países, sugerindo a adoção de um programa que desregule a economia, acabe com as restrições quantitativas às importações (mantendo apenas a restrição de tarifa em nível apropriado que assegure o maior ingresso de produtos de fora) e, como passo mais ousado, a liberalização total do câmbio, para ser adotada em um segundo momento, depois de eliminados os focos de incerteza. Simonsen acha, por exemplo, que o equacionamento da questão do acerto externo precisa ser primeiro resolvido porque, sem isto, "a liberalização do câmbio pode trazer uma brutal especulação com efeitos perversos para a economia".

Todos colocam a questão fiscal como ponto número um sobre o qual o próximo governo precisa se debruçar, embora haja dúvidas

quanto à margem de manobra que haverá, tendo em vista as limitações introduzidas sobre as receitas da União, na Constituição. O ex-ministro da Fazenda defendeu que o Congresso aprove a emenda Dornelles, que muda o ano fiscal para o período de junho a julho e que daria condições à futura administração de elaborar um orçamento em função de suas prioridades.

Há, no entanto, diferença de enfoques. O economista Paulo Nogueira Batista Júnior, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, é mais cético quanto às possibilidades de integração do País com o resto do mundo, dado o crescimento do protecionismo e a falta de perspectiva de ingresso de novos empréstimos externos. Langoni discordou, defendendo um entendimento negociado com os credores, sem o qual o Brasil estaria fadado ao isolamento.